



Ano Letivo: 2021-2022

## **CONSELHO GERAL**

### **REUNIÃO N.º 1 / 21-22 (Extraordinária)**

Aos dezassete dias do mês de novembro de dois mil e vinte e um, pelas dezoito horas e quarenta e cinco minutos, por videoconferência (via MS Teams), deu-se início à reunião, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto um - Tomada de posse dos novos membros do Conselho Geral.

Ponto dois - Análise do processo de retirada das coberturas de fibrocimento da Escola Básica da Alembrança.

Ponto três - Aprovação das linhas orientadoras para a elaboração do orçamento do Agrupamento para 2022.

Ponto quatro - Aprovação das linhas orientadoras para o planeamento e execução das atividades no domínio da Ação Social Escolar para 2021-2022.

Estiveram presentes todos os elementos do Conselho Geral, com exceção do representante dos alunos João Vitor e dos membros cooptados José Morgado, Gabriela Delgado e Margarida Botelho.

Confirmada a existência de *quorum*, a presidente do Conselho Geral deu por aberta a reunião, dando início ao período de antes da ordem do dia.

A presidente começou a reunião dando as boas-vindas aos novos representantes dos Alunos e dos Pais e Encarregados de Educação, bem como da nova representante da Junta de Freguesia de Laranjeiro e Feijó, passando de seguida à sua apresentação.

A presidente deu nota do elevado envolvimento no processo eleitoral para a designação dos Alunos, com cinco listas concorrentes e uma participação no ato eleitoral superior a cinquenta por cento.

Fez também questão de agradecer aos representantes que viram terminado o seu mandato no final do ano escolar transato, pelo trabalho e empenho que demonstraram.

Foi lembrado pela presidente comemorar-se nesta data o Dia do Patrono, tendo reiterado o convite aos conselheiros para a leitura do discurso proferido por Romeu Correia, disponibilizado na página do Agrupamento, sublinhando como, vinte e cinco anos depois, ainda nos interpela hoje.

A presidente informou ainda os conselheiros da existência de uma nova página eletrónica do Agrupamento, saudando o Diretor pela aposta neste instrumento de trabalho, de comunicação e de projeção da imagem externa do Agrupamento. Aproveitou a oportunidade para felicitar a conselheira Ana Prates e a docente Susana Silva, responsáveis pela construção e gestão da página, pelo excelente trabalho gráfico e comunicacional, que tanto contribui para a afirmação da identidade do Agrupamento.

Dado que, por lapso, não constava da ordem de trabalhos a constituição das comissões do Conselho Geral para o presente ano letivo, a presidente propôs uma alteração à ordem de trabalhos, por forma a incluir esse ponto. A proposta foi aprovada por unanimidade, passando a ordem de trabalhos a ser a seguinte:

Ponto um - Tomada de posse dos novos membros do Conselho Geral.

Ponto dois - Constituição das comissões do Conselho Geral para o ano 2021-2022.

Ponto três - Análise do processo de retirada das coberturas de fibrocimento da Escola Básica da Alembração.

Ponto quatro - Aprovação das linhas orientadoras para a elaboração do orçamento do Agrupamento para 2022.

Ponto cinco - Aprovação das linhas orientadoras para o planeamento e execução das atividades no domínio da Ação Social Escolar para 2021-2022.

Ainda neste período, foram aprovadas as atas, previamente enviadas aos conselheiros por via eletrónica, das reuniões de vinte e dois e vinte e seis de julho de dois mil e vinte e um, por unanimidade dos presentes nas referidas reuniões.

No ponto um, a presidente conferiu posse aos novos membros eleitos ou designados.

No que se refere ao ponto dois da ordem de trabalhos, dando cumprimento ao prescrito no número um dos Artigos 6º e 7º do Regimento, foi aprovada a composição da Comissão Permanente, como se segue: representantes do pessoal docente, conselheiras Ana Prates e Teresa Antunes; representante do pessoal não docente, conselheira Helena Timóteo; representante dos alunos, conselheira Margarida Carmo; representante dos pais e encarregados de educação, conselheira Elsa Almeida; representante do município, conselheiro Luís Coelho; e representante da comunidade local, conselheira Gabriela Delgado, em representação do Centro Comunitário do Feijó e Laranjeiro. A Comissão Especializada será composta pela representante do pessoal docente Paula Antunes; pela representante do pessoal não docente Helena Timóteo e pela representante dos pais e encarregados de educação Paula Ramalho.

Passando-se ao cumprimento do ponto três da ordem de trabalhos, a presidente questionou se havia alguma informação nova sobre o processo de remoção das placas de fibrocimento da Escola Básica da Alembração. O Senhor Diretor Municipal de Desenvolvimento Social, representante do Município, garantiu que, nesta escola, não haverá doravante remoção de placas de fibrocimento ao sábado, sendo esse trabalho executado durante as interrupções letivas, nomeadamente na de novembro e, caso seja necessário, na do Natal. Garantiu igualmente que as aulas só recomeçarão depois de conhecidos os resultados da medição da qualidade do ar e que, à semelhança do que aconteceu no passado sábado, caso não existam condições para reabrir a escola, esse facto será comunicado à Direção-Geral dos Estabelecimentos Escolares.

A conselheira Ana Prates questionou o conselheiro Mário Ávila sobre se o procedimento de colocar as placas no chão está ou não contemplado no plano de obra apresentado à Autoridade para as Condições de Trabalho, uma vez que este procedimento contraria aquilo que foi comunicado na reunião com a comunidade educativa.

O Senhor Diretor Municipal respondeu que embora o caderno de obra estivesse aprovado não estava de acordo com o que a Câmara Municipal desejava e, por essa razão, parou a obra. Referiu ainda que este incidente permitiu que o caminho com esta empresa seja agora mais tranquilo e eficaz.

A conselheira Cátia Gaudêncio sublinhou a necessidade de serem acauteladas as ações desenvolvidas por forma a que não surjam surpresas desagradáveis.

Na sequência deste ponto, o Diretor questionou se durante as interrupções letivas em que se realizarem as intervenções é segura a permanência de pessoas na Escola Secundária Romeu Correia, nomeadamente o pessoal não docente e a direção.

Vários conselheiros intervieram, manifestando o seu desagrado com o planeamento, a comunicação e o desenrolar de todo o processo, referindo igualmente terem perdido a confiança, ainda que aceitando que os intervenientes agiram de boa-fé, nas entidades executantes e fiscalizadoras e na dona da obra.

Por esta altura, a conselheira Anabela Respeita teve de se ausentar da reunião, devido a problemas técnicos.

A conselheira Paula Ramalho, questionou se a pausa letiva seria suficiente para remover todas as placas de fibrocimento ou se seriam necessários mais dias; questionou ainda como é que estava a ser feita a calendarização e se todas as medidas de proteção da comunidade escolar eram aplicáveis às duas escolas envolvidas da obra. Na sua opinião não pode haver uma separação destas medidas e solicitou ao representante da Câmara Municipal de Almada que revelasse esta preocupação junto da Direção-Geral dos Estabelecimentos Escolares.

A conselheira Margarida Carmo defendeu que as medidas devem ser aplicadas em ambas as escolas e questionou se os Delegados de Saúde tiveram conhecimento do plano de obra e se se pronunciaram sobre o relatório da qualidade do ar.

A conselheira Paula Antunes alertou para o problema do planeamento da obra sublinhando que é essencial que os intervenientes se organizem e planeiem de forma a que tudo corra pelo melhor.

Tomando da palavra, a conselheira Elsa Almeida quis saber quais os procedimentos previstos no caso de as condições meteorológicas não permitirem o decorrer da obra.

O Senhor Diretor Municipal declarou ter já afirmado vezes suficientes que o que vier a ser determinado para a Escola Básica da Alebrança, será igualmente aplicado na Escola Secundária Romeu Correia, nomeadamente que as obras passarão a decorrer duramente as interrupções letivas. Esclareceu ainda que não pode facultar mais pormenores, pois tudo está ainda dependente da reformulação do plano de obra, o qual ainda não obteve a aprovação da Autoridade para as Condições de Trabalho. Terminou a sua intervenção mencionando que, na sua opinião, a Saúde Pública acompanhará o entendimento da Câmara Municipal de Almada.

O Diretor afirmou que há que fazer parte da solução e não do problema e suscitou ainda a questão da necessidade de assegurar alternativas, dada a imprevisibilidade do que pode vir a ocorrer, podendo inclusive aproveitar-se os Conselhos de Turma, a decorrerem em breve, para definir um “plano B”. Porém, o que seria necessário, acrescentou, era que se soubesse atempadamente com o que contar.

A conselheira Ana Prates, de novo na posse da palavra, referiu que fazer parte da solução é também questionar e advertir, salientando o facto de a comunicação acerca dos procedimentos a ter durante a retirada das coberturas de fibrocimento ter sido desastrosa, uma vez que a comunidade escolar ficou com muitas dúvidas sobre como iria decorrer a intervenção e quais as garantias de segurança existentes, nomeadamente em relação à qualidade do ar aquando do início das atividades letivas. Acrescentou ainda que a repetição sucessiva das mesmas informações não garante uma comunicação eficaz. Faltou alguma humildade na gestão do processo, o que veio a constatar-se pela inquietação gerada na comunidade escolar, visível na reunião de esclarecimento.

Respondeu à conselheira o Senhor Diretor Municipal referindo que várias vezes explicou e esclareceu a comunidade escolar com a informação de que dispunha e que foi sempre com humildade que se dirigiu a essa comunidade. Contudo, assume que este tipo de situações acarretam dificuldades nem sempre fáceis de gerir.

Tomando da palavra, a presidente lamentou o que aconteceu até ao momento no processo de retirada das coberturas de fibrocimento, mas congratulou-se com o que foi agora decidido, ainda que de forma desnecessariamente tardia, pelas entidades responsáveis. Contudo, no sentido de precaver novos e eventuais problemas, a presidente colocou à consideração dos restantes conselheiros a proposta de o Conselho Geral, enquanto órgão representativo de toda a comunidade educativa, vir a

solicitar à tutela autorização antecipada para o recurso ao ensino à distância nos dias dois e três de dezembro, tanto na Escola Básica da Alembrança como na Escola Secundária Romeu Correia, caso se venha a revelar necessário, com o objetivo de evitar a lamentável instabilidade experienciada nos últimos dias e garantindo assim a preparação atempada das atividades à distância e a organização das famílias.

A proposta foi aprovada por unanimidade, ficando acordado que a presidente enviará previamente uma versão do texto aos restantes conselheiros, para apreciação.

No que respeita ao ponto quatro da ordem de trabalhos e tendo por base as Linhas Orientadoras do Orçamento do ano de dois mil e vinte e um, os conselheiros fizeram algumas propostas para as Linhas Orientadoras do Orçamento para o ano de dois mil e vinte e dois, nomeadamente o pedido de reforço orçamental para ajardinamento dos espaços envolventes da Escola Básica da Alembrança e da Escola Secundária Romeu Correia.

A conselheira Ana Prates questionou se está prevista a substituição das lâmpadas do pavilhão desportivo da Escola Secundária Romeu Correia, que se encontram fundidas. A conselheira Carminda Palreiro esclareceu que o pavilhão irá ser equipado com lâmpadas LED muito em breve e que esse problema será sanado.

A conselheira Helena Freitas questionou o Diretor acerca da falta de iluminação no espaço exterior da Escola Básica da Alembrança alertando para o facto de os alunos fazerem o percurso das salas de aula até ao portão utilizando as lanternas de telemóveis para se guiarem. O Diretor respondeu, esclarecendo que essa obra é da responsabilidade da Direção-Geral dos Estabelecimentos Escolares e que por diversas vezes já comunicou a situação, continuando, até à presente data, a aguardar resposta e solução para a mesma.

Foi também abordado pela conselheira Ana Prates o problema da separação de resíduos, que não vem sendo feita devido à inexistência de uma estratégia por parte do Agrupamento, nomeadamente a ausência de contentores para separação do lixo, no espaço escolar, para os depositar. Sobre este assunto, o Diretor informou que o problema não está na inexistência de contentores, mas sim na falta de recolha dos resíduos por parte da empresa Amarsul. Sobre este assunto, o Senhor Diretor Municipal informou ainda que a Escola Secundária Romeu Correia poderá vir a aderir ao Programa EcoEscolas.

A conselheira Margarida Carmo comunicou ao Diretor as questões apresentadas por alguns alunos relativamente à falta de conforto dos bancos dos laboratórios, sugerindo a possibilidade da utilização de cadeiras e a necessidade de adquirir mais micro-ondas para a Escola Secundária Romeu Correia ou de arranjar os que se encontram avariados.

A conselheira Paula Falcão interveio esclarecendo que, em laboratório, é obrigatório o uso de bancos em detrimento de cadeiras, podendo ser utilizadas almofadas de pequenas dimensões para

minimizar o desconforto sentido, uma vez que não existe orçamento para a aquisição de bancos ergonómicos.

Relativamente aos micro-ondas, a presidente informou que, de momento, de acordo com as normas da Direção Geral de Saúde, não é possível a utilização destes aparelhos em espaço escolar pelos alunos.

Relacionado com este ponto da Ordem de Trabalhos, foi suscitada a questão de os alunos da Escola Básica Feijó Número Dois terem de se deslocar até à escola sede para almoçarem, dada a inexistência de refeitório na sua escola. O representante do Município referiu estar em estudo um plano para a resolução do problema, o qual passará pela entrega de refeições na escola, depois de criado um espaço para que possam ser consumidas.

Findo o período de análise e discussão, a presidente colocou à votação a aprovação das linhas orientadoras para a elaboração do orçamento do Agrupamento para 2022, tendo as mesmas sido aprovadas por unanimidade.

Tendo sido já ultrapassado o tempo regimental previsto, a presidente deu por encerrada a reunião, transitando o último ponto da ordem de trabalhos para a próxima reunião.

E nada mais havendo a tratar, deu-se por terminada a reunião, eram 21h30, da qual se lavrou a presente ata, que, depois de lida e aprovada, será assinada nos termos da lei.

A Presidente

A Secretária

---

*(Teresa Antunes)*

---

*(Helena Freitas)*